

ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL

Camila Silva Delfino¹
Carolina Faria Alvarenga²

RESUMO:

A violência sexual contra crianças muitas vezes pode ser difícil de ser identificada e enfrentada por diversos fatores. Além dos traumas psicológicos e físicos causados por esse tipo de violência, a vítima, em muitos casos, precisa lidar com a incompreensão e o desamparo social e familiar. Nesse sentido, reconhecendo a importância dos materiais pedagógicos na instituição educativa como importante elo na rede de proteção e prevenção, o objetivo desta pesquisa foi realizar um levantamento de livros de histórias infantis que abordam sobre o enfrentamento às violências sexuais contra crianças, e que podem atuar como possibilidades para vivências pedagógicas voltadas para educação para as sexualidades no contexto da Educação Infantil. Para isso, foram feitos estudos sobre violência sexual contra crianças, sexualidades, gênero e infâncias a partir de autoras como Guacira Louro (1997), Constantina Xavier Filha (2012), Raquel Spaziani (2017) e Cláudia Balbinotti (2009). Este trabalho possibilitou uma reflexão acerca da necessidade do conhecimento e aceitação dos adultos em trabalhar sobre a educação para as sexualidades com as crianças, para que elas conheçam seus corpos, os limites, que entendam a importância da denúncia e que se sintam acolhidas e respeitadas, pois só assim será possível promover uma infância preservada. Apesar da escassez de materiais que abordam essa temática, por meio de vários levantamentos, foi possível encontrar 10 livros de histórias infantis, disponíveis digitalmente, dos quais foram selecionados três para serem analisados na pesquisa. Esses livros trabalham sobre a educação para as sexualidades no enfrentamento às violências sexuais contra crianças de forma lúdica e leve, possibilitando reconhecer que a literatura infantil é uma importante ferramenta pedagógica no trabalho com crianças pequenas, desde bebês.

Palavras-chave: Violência sexual contra crianças; Educação para as sexualidades; Gênero; Educação Infantil; Literatura infantil.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras. email: camila.delfino@estudante.ufla.br

² Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras. Pedagoga, Mestra e Doutora em Educação. email: carol_alvarenga@ufla.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a violência sexual contra crianças e faz um levantamento de materiais que podem ser utilizados em instituições educativas em uma perspectiva de educação para as sexualidades no enfrentamento dessas violências sexuais.

O interesse e a preocupação por esse tema não é recente, muito pelo contrário, é algo que sempre me incomodou e me entristeceu muito, porém, a motivação principal para discutir essa temática se deu durante meu período acadêmico, em que tive maior contato com casos de violência sexual contra crianças, incluindo relatos de colegas do curso de Pedagogia.

Ao longo da história da humanidade, a negligência contra as crianças foi algo muito marcante e assuntos como violência contra crianças não eram discutidos. Após muito tempo e mesmo com tantas mudanças, a sociedade ainda tem o conservadorismo enraizado e, por esse motivo, para muitas pessoas, tratar essa temática pode ser algo absurdo, pois entendem a educação sexual – ou educação para as sexualidades, perspectiva adotada neste trabalho - como uma apologia ao sexo.

A relevância desta pesquisa está exatamente na compreensão da importância de trabalhar esse tema e entender que a violência sexual contra crianças é algo que acontece diariamente, principalmente dentro das próprias famílias. Pensar nisso nos faz refletir que o fato de a família fazer parte dessa violência torna o problema ainda mais grave, porque a criança fica completamente desamparada. Nesse caso, a escola se torna um refúgio e pode atuar dando apoio, instruindo e tomando as providências necessárias para a defesa da criança violentada.

Considerando que o objetivo da pesquisa foi realizar um levantamento de livros de histórias infantis que abordam sobre o enfrentamento às violências sexuais contra crianças, e que podem atuar como possibilidades para vivências pedagógicas voltadas para educação para as sexualidades no contexto da Educação Infantil. Para tanto, apresento o conceito de violências sexuais contra crianças fazendo uma breve contextualização a partir da perspectiva de gênero, abordando também sobre a importância das redes de proteção, em especial a atuação da escola, e por fim abordo as histórias infantis como possibilidades pedagógicas no enfrentamento das violências sexuais contra crianças.

2. VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Pensar no processo histórico da violência sexual nos faz refletir que esse ato esteve presente e era considerado comum em várias civilizações ao longo da história da humanidade. É interessante refletirmos como eram as estruturas familiares na Grécia Antiga. Nessa época, as crianças eram negligenciadas, totalmente reféns do patriarcado, e não tinham nenhuma proteção dos familiares e da justiça. A desvalorização, objetificação infantil e a violência intrafamiliar eram vistas como algo naturalizado, assim, nessa sociedade a prática sexual entre adultos e crianças era comum (LABADESSA; ONOFRE, 2010). As famílias “fechavam os olhos” para essas situações porque, em sua maioria, eram realizadas pelos próprios familiares das crianças.

Nos tempos bíblicos, as mulheres e crianças eram consideradas propriedades de alguém, dessa forma o proprietário tinha o direito de vender, alugar ou emprestar, estipulando apenas o valor. Além disso, o ato sexual com meninas a partir de três anos era aceitável sendo necessário apenas o consentimento do pai e o pagamento da quantia determinada por sua filha (LABADESSA; ONOFRE, 2010).

Na Idade Média, a infância não tinha distinção da idade adulta. Assim a partir dos sete anos de idade, fase em que não dependiam mais da ajuda de suas mães, as crianças se misturavam aos jovens e adultos. Usavam as mesmas roupas, tinham as mesmas responsabilidades e afazeres, além de serem vítimas de grosserias e brincadeiras indecentes (ARIÈS, 1981, apud, LABADESSA; ONOFRE, 2010).

Após tantos séculos, a violência sexual contra crianças ainda é algo presente em nossa sociedade, ocorre diariamente no mundo todo e infringe diretamente os direitos humanos.

A violência sexual possui diversas interfaces e apesar de muitas vezes ser generalizada, assim como os outros tipos de violência, ela não atinge a todas as pessoas de forma igualitária devido às determinações sociais de classe, gênero e raça. De acordo com Livia Faria (2016, p.110), especialmente sobre as crianças, “as violências podem se

expressar de modo multifacetado, sendo muitas as situações de risco as quais as crianças vêm sendo submetidas diariamente”.

De acordo com os dados do Disque 100, houve um aumento de denúncias de violência sexual contra crianças no primeiro semestre de 2021 em relação a 2020. Das denúncias recebidas 83,87% foram contra meninas e 57,73% contra crianças e adolescentes negros. A partir dos dados apresentados é possível perceber a predominância da violência contra meninas negras. Essa é uma realidade devido às opressões que sustentam a sociedade capitalista na qual os corpos das mulheres negras estão muito mais suscetíveis a experiências de violência, inclusive sexual. Conforme afirmam Amanda dos Santos Lemos et.al.:

Esses comportamentos, racistas e sexista, criam em torno das mulheres negras o estereótipo do objeto sexual, potencializados pela cultura brasileira, que “vende” a imagem da “cabrocha fogosa” ou da “mulata tipo exportação”. No dia a dia, são as que recebem os menores salários, são mais vítimas de violência sexual, tem menos chances de estudo, nas palavras de Elza Soares, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. (LEMOS, et.al., 2017, p.4)

O racismo estrutural é também acompanhado de uma opressão de gênero e essa relação resulta em uma realidade muito mais perigosa e violenta para vivência de meninas e de mulheres negras. A desigualdade presente na sociedade reflete diretamente nas formas de violência, que também são desiguais. Isso ocorre devido ao preconceito existente, pelo desamparo de políticas públicas e pelo Estado, que na maior parte das vezes invisibiliza essa realidade. Amanda dos Santos Lemos et.al. afirmam que “as desigualdades continuam sendo reproduzidas pelo sistema vigente, que faz manutenção da exclusão racial e social dos negros”. (LEMOS, et.al., 2017, p.7)

Conforme o direito à proteção que está presente no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n.8.069, de 13 de julho de 1990, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Logo, a violência sexual contra crianças constitui-se como crime físico e psicológico que pode deixar marcas irreparáveis na vida de uma criança. Muitos dos estudos sobre esse tema abordam e tratam o crime de forma generalizada e superficial, porém, o conhecimento aprofundado acerca dessa temática se faz necessário para que a sociedade possa se inserir nesse contexto e saber como atuar no combate da violência e proteção das crianças.

Conforme o art. 2º do ECA, são consideradas crianças pessoas entre zero e 12 anos incompletos e adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990). Nesse caso, quando se trata de crianças e adolescentes menores de 14 anos, o ato sexual é considerado crime mesmo que essa pessoa tenha demonstrado interesse, pois a prática sexual com crianças e adolescentes dessa faixa etária é prejudicial ao seu desenvolvimento físico, emocional e psicológico.

Marcia Moreschi (2018) aborda sobre a classificação do termo violência, que pode ser definido como qualquer força empregada contra a vontade de alguém, é um ato brutal envolvendo agressão, violência física, sexual e/ou psicológica.

De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a violência sexual é caracterizada como um ato ou tentativa sexual indesejada e sem o consentimento da vítima, por meio de atos como toques íntimos, penetração e fotos íntimas. Além disso, pode ser identificada a partir de comentários maliciosos e que desrespeitam a vítima.

Andressa Mioranza, Renata Rocha e Saionara Branco Bolson (2019, p. 57) afirmam que a violência sexual contra crianças e adolescentes pode provocar danos à saúde da vítima e traumas irreversíveis, podendo desencadear problemas físicos e psicológicos. Para as autoras, mesmo que a vítima não apresente sintomas externos e físicos, ela pode possuir um sofrimento emocional intenso, o que pode prejudicar diretamente suas relações interpessoais.

A discussão sobre violência sexual contra crianças envolve pensamentos e posicionamentos diversos principalmente quando se trata do uso adequado do termo. Diante das diversas nomenclaturas utilizadas é importante ter o discernimento que “violência sexual” não é a mesma coisa que “abuso sexual”. Raquel Spaziani (2017), em sua tese de doutorado, afirma que apesar de ambos os conceitos trazerem uma ideia de violência de adultos contra crianças, eles possuem diferenças entre si. O uso do conceito “abuso sexual” ameniza a forma com que o tema é visto e tratado, trazendo a ideia de que o uso do corpo da criança é permitido desde que não haja nenhum excesso. Já o emprego do termo “violência sexual” é o mais adequado por se referir diretamente que qualquer ato ou toque que invada a intimidade da criança é considerado violência.

Esse tipo de violência contra as crianças ocorre inicialmente por uma manipulação. A pessoa que violenta se aproxima, passando segurança e de uma forma muito gentil. Seu objetivo é estar cada vez mais próxima, conhecendo a rotina da vítima, seus familiares e responsáveis, sua personalidade e costumes. Segundo Antônio

de Pádua Serafim et. al. (2009), uma das principais características dos violentadores³ são atitudes mais sutis e discretas na violência sexual, geralmente utilizando carícias, visto que em muitas situações a vítima não se vê violentada. Esse caso ocorre quando o violador é alguém sem vínculo com a família, porém, quando a violência é intrafamiliar a situação se torna ainda mais delicada.

De acordo com Silvia Inoue e Marilena Ristum (2008), atualmente a violência sexual, assim como física, psicológica e moral, é considerada uma das principais causas de mortes e traumas. As autoras apontam que nos índices de violências praticadas no Brasil, se destaca a violência contra crianças e adolescentes, em que a maior parte dos violadores estão dentro da família das vítimas.

O Brasil é um dos países com maiores índices de violências no mundo, segundo os dados publicados pela Organização Mundial de Saúde (OMS)⁴. Em 2018, o país apresentou o nono maior índice de homicídios. De acordo com os dados do balanço anual de 2018, o Disque 100 recebeu 76.216 denúncias de violências envolvendo crianças e adolescentes, sendo 17.093 sexuais, porém, apesar dos dados apresentados, é importante termos ciência da quantidade significativa de casos que não são divulgados, que são silenciados, e daqueles que demoram a ser denunciados.

De acordo com o Jornal Extra Classe⁵, em 2019, foram registradas 159 mil denúncias pelo Disque Direitos Humanos, sendo 11% delas de violência sexual contra crianças e adolescentes, totalizando 17 mil denúncias dessa natureza. Infelizmente o número de casos é muito alto, principalmente dentro das próprias famílias das vítimas. Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos⁶, esse tipo de violência intrafamiliar está presente em 73% dos casos registrados e em 40% das denúncias é cometida pelo pai ou padrasto.

³ Utilizarei o termo no masculino, considerando que a maioria – 81,6% - das pessoas que cometem violência sexual contra crianças são homens (G1, 2018). Quando necessário, farei a marcação do feminino.

⁴ Brasil é o país mais violento do mundo, segundo a OMS. 17, mai. 2018. R7, Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018>> Acesso em 3, set. 2020.

⁵ Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. Extra Classe, 2020. Disponível em <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/brasil-teve-17-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2019/>>. Acesso em maio de 2021.

⁶ Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes> >. Acesso em: 15, maio de 2021

A violência intrafamiliar ocorre por meio de uma relação indesejada e incestuosa e é um dos casos de violência mais registrados nas denúncias, em que os principais causadores são pais, padrastos, tios e avôs das vítimas. Apesar de a maioria dos casos de violências sexuais serem causadas por homens, também existem casos de mulheres que violentam sexualmente as crianças; nessas situações é comum a banalização da denúncia, principalmente de meninos, por se tratar de uma violência partida de uma mulher e por colocar em questão a virilidade do menino, conforme expõe Constantina Xavier Filha, em diálogo com Pinto Júnior (2005):

Ainda há casos em que a situação de violência contra meninos não é sequer denunciada pelos/as familiares para não levantarem dúvidas em relação a sua orientação sexual. Quando a violência sexual contra meninos é praticada por mulheres, em especial na adolescência, há, segundo o autor, certa convivência de muitas pessoas por considerarem o ato como parte do aprendizado sexual do menino (XAVIER FILHA, 2015, p.1579).

Pensando nisso, ao realizar o resgate histórico e refletir sobre os casos de violência sexual até os dias atuais, é possível perceber a importância da análise da relação existente entre violência sexual contra crianças e as questões de gênero.

Guacira Louro (1997) aborda a questão de gênero, entendendo como a forma com que as características sexuais são compreendidas e representadas a partir da construção social e do processo histórico, que, por sua vez, são os causadores de tanta desigualdade, conforme declara a autora:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 7).

A partir disso é possível compreender que gênero vai além da questão biológica ou da forma com que a sociedade pensa, é uma experiência individual, política, social e cultural que se refere à maneira com que as pessoas se enxergam e se identificam independente do sexo biológico, “a pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 8).

Do ponto de vista sociológico, Paula Regina Costa Ribeiro e Joanalira Corpes Magalhães (2017) afirmam que gênero se refere às formas como entendemos as masculinidades e feminilidades em uma sociedade abrangendo um conjunto de fatores

que determinam o que é ser homem e o que é ser mulher por meio de comportamentos, identidades, expectativas, costumes e valores.

Percebemos que o gênero é um elemento que faz parte da constituição das relações sociais e que, infelizmente, ainda separa e hierarquiza homens e mulheres nas relações de poder. Essa segregação e hierarquização é uma das grandes responsáveis pelo machismo, violências e desigualdade de gênero.

A violência contra crianças que perpassa a história da humanidade tem como fator principal a cultura de dominação e a diferenciação de gênero. Essa distinção impõe padrões vinculados à força, poder e dominação para os meninos e homens, e para as meninas e mulheres a subordinação. Conforme Ribeiro e Magalhães (2017, p. 107), “se pensarmos nessas questões, reconheceremos que elas dizem respeito aos estereótipos de virilidade dos homens e de recato das mulheres”.

É possível perceber também a diferenciação de gênero nas relações entre as crianças, nas roupas que vestem e até nas próprias brincadeiras. Os meninos crescem sendo incentivados a serem fortes, a terem um trabalho assalariado, terem dinheiro, carros e geralmente brincam somente com brinquedos que fazem referência a isso. Já as meninas crescem junto com o preconceito da sociedade, seus primeiros brinquedos são casinhas, jogo de limpeza, como mini vassouras, bonecas fazendo alusão a bebês, além disso, em muitos casos são sexualizadas pelas roupas ou comentários de outras pessoas. “Quando se fala em cultura do estupro notamos que ela se sustenta por determinados estereótipos de masculinidade e feminilidade” (RIBEIRO; MAGALHÃES, 2017, p. 107).

A sexualização de crianças é evidente e algo constante dentro das escolas e das próprias famílias e esse é um fator que colabora muito para a violência sexual contra crianças. Comentários feitos por adultos como “e as namoradinhas da escola?” sexualizam tanto os meninos, incentivando-os a terem uma visão diferente e precoce, quanto as meninas que são o alvo da sexualização desse tipo de comentário.

Diante da construção de padrões hegemônicos de gênero, por meio de padrões históricos, culturais e sociais, as meninas são educadas e crescem sendo incentivadas a suprirem as necessidades e realizarem os desejos dos homens. Rosa Maria da Fonseca et.al. (2012, p. 900) afirmam que “prevalece ainda a crença de que os homens têm fortes necessidades sexuais que não podem se controlar, devendo ser satisfeitos em sua totalidade pelas mulheres”, além disso, conforme afirma Spaziani (2017), essa ideia de masculinidade caracterizada pela força física e psíquica se estende para a vida adulta

sendo manifestada a partir de conquistas sexuais como um “ritual de poder” que determina essa identidade masculina, o que confirma e incita ainda mais a violência sexual contra crianças.

Quando a violência, iniciada por toques, vem de alguém próximo à criança, as chances de inicialmente ela não sentir aquilo como uma ameaça, são grandes. De acordo com Caroline Arcari Meyer (2017), é importante sinalizar e mostrar a elas o que é um toque e um carinho permitido, pois quando o violador é alguém da família, com a qual ela se sente segura, pode ser que demore a enxergar que esses toques estão evoluindo, podendo chegar a um estupro.

Em casos de qualquer tipo de violência contra crianças, as redes de proteção atuam dando todo tipo de apoio, na proteção e encaminhamento dos casos para atendimentos específicos. Um dos maiores problemas encontrados é que na maior parte dos casos em que a violência sexual é intrafamiliar, a criança se silencia, pois se sente culpada, além de sofrer violência psicológica seguidas de ameaças. Nesses casos, a atitude de denunciar o violentador não é algo tão simples, principalmente quando tem laços afetivos, essa ocultação é chamada de Síndrome do Segredo. De acordo com Cláudia Balbinotti (2009), um dos principais motivos que causam essa síndrome é a convivência com o violentador:

Uma das piores consequências que levam à síndrome do segredo é o prosseguimento do convívio com o agressor e a reincidência do abuso. A imposição do silêncio se dá sob a ameaça de ser a criança responsabilizada pelo “término do casamento dos pais, desintegração familiar, prisão do abusador, expulsão da criança do lar, sua morte ou mesmo do próprio descrédito da palavra do menor.” Mentem sob a ameaça de castigo, pois lhe é imposto que o ocorrido é um segredo entre ela e o agressor (BALBINOTTI, 2009, p. 8).

Outro problema muito comum é a falta de atenção e empatia dos adultos quando as crianças tentam verbalizar, não dão voz a elas e se recusam a escutar seus relatos. Além disso, muitas vezes ainda brincam fazendo comentários como “criança é assim mesmo, fala cada coisa”, tirando totalmente sua credibilidade. Lívia Faria (2016, p. 112) afirma que “no contexto das violências sexuais contra crianças, é necessário que a referida noção de infância seja repensada para que elas sejam vistas como sujeito de direitos, com direito a tomar a palavra e ser ouvida em várias instâncias”.

Quando a criança não é ouvida, ela percebe que está totalmente vulnerável, pois ninguém acredita nela e isso pode acarretar diversos problemas como depressão, síndrome do pânico e até suicídio. Por esse motivo é muito importante que pais, mães,

responsáveis, familiares, amigos, amigas e a escola, estejam atentos e atentas aos sinais porque as crianças os emitem ao longo do tempo. Carolina Alvarenga e Jaciluz Dias (2016) abordam a importância do olhar atento à criança em seu cotidiano ao citarem um caso de uma menina de cinco anos que estava se mostrando muito agressiva e com dificuldades para dormir:

Um dia, ela perguntou à mãe se saía leite de peru. A princípio, a mulher achou que a filha se referia à ave, mas a menina disse que viu sair leite do peru do tio. Então, a mãe procurou a ajuda de um psicólogo e do Conselho Tutelar, contando que a criança costumava ficar na casa da madrinha, onde tinha contato com o tio (ALVARENGA, DIAS, 2016, p. 287).

Os sinais podem ser mudança de humor repentina, em determinadas horas ou quando se aproximam pessoas específicas, medo de ficarem sozinhas, medo e agitação ao dormir à noite, queda no rendimento escolar e mudança no comportamento (BRASIL, 2020). Essas condições podem indicar violência sexual, por isso, é necessária atenção e atuação das redes de proteção.

3. A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS

Ana Paula Maia et. al. (2018) afirmam que as Redes de Proteção Social são compostas por pessoas, organizações e instituições que trabalham juntas com o intuito de defender e lutar por causas por meio de projetos solidários, igualitários e democráticos. Elas são essenciais para o apoio às crianças que sofrem algum tipo de violência.

O ECA tem como prioridade a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e determina que o atendimento deve se dar por meio de uma rede de proteção social. Em seu art. 86, o ECA estabelece que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 1990).

As crianças e adolescentes que sofrem com violência sexual precisam de uma rede de proteção composta por pessoas, equipamentos públicos e comunitários

comprometidos em enfrentar as violações de direitos. Além disso, é importante que escutem as vítimas e incentivem seus familiares a fazerem o mesmo, e que sejam amparadas por políticas públicas (MAIA et. al., 2018).

Para a construção da rede de proteção dos direitos da criança, do e da adolescente, é necessário conhecer grupos e instituições que abraçam a causa. De acordo com Luciene Aparecida Silva e Maria de Fátima Ribeiro (2016), as redes são compostas por muitas instituições:

se estrutura[m] na tessitura de muitas instituições e profissionais que nelas atuam. Não há como negar a necessidade de fortalecer saberes que amparem tais ações. A partir disso, afirmamos, portanto, que são necessários espaços formativos, pois as redes são singulares, construídas no cotidiano das práticas e os diálogos são fundamentais (SILVA; RIBEIRO, 2016, p. 268).

As redes são constituídas por diferentes funções e atribuições que garantem prevenção, atendimento e apoio aos casos, além de encaminhar situações mais delicadas para atendimentos específicos e especializados (MAIA et. al., 2018). Nesse tocante, a escola tem um papel importantíssimo dentro da rede de proteção e pode contribuir no combate à violência sexual, no atendimento às vítimas, identificação e encaminhamento de crianças que sofrem com a violência sexual contra crianças “Como parte integrante das redes de proteção a crianças e adolescentes, as escolas têm o compromisso de lutar pelos direitos de seus estudantes, mas isso significa assumir uma série de demandas que representam desafios ainda maiores” (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 42).

3.1. A ATUAÇÃO DA ESCOLA NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS CONTRA AS VIOLÊNCIAS SEXUAIS

A escola, como uma rede de proteção, atua no combate às violências sexuais além de acolher, cuidar e tomar as devidas providências em casos de crianças que sofreram com esse tipo de violação. No entanto, para além de atuar no enfrentamento das violências sexuais, a escola também tem o papel fundamental na prevenção, ao inserir, intencionalmente, em seu cotidiano, práticas pedagógicas a partir da perspectiva de uma educação para as sexualidades. Ela trabalha ensinando as crianças sobre o corpo, mostrando que existem diferenças que precisam ser respeitadas, ensina sobre cuidados e quais são os toques que elas devem ou não aceitar, além de orientá-las a sempre conversarem com alguém de confiança quando algo estranho acontecer. A

educação para as sexualidades, para muitas pessoas, é vista como uma ameaça devido aos tabus impostos, porém essa educação é uma forma de proteção e cuidado com as crianças.

Os tabus impostos pela sociedade são consequências de discursos que pautam sobre gênero e sexualidade, considerando o tema como uma ameaça à família tradicional. Essa é uma lógica que reproduz os padrões hegemônicos de gênero, os considerando como biológicos e imutáveis. O não respeito e acolhimento das diferenças impacta diretamente na realidade da escola e nas possibilidades de discussões necessárias para a desnaturalização das violências.

Essa instituição possui um papel essencial, pois é no ambiente escolar que as crianças passam grande parte do seu tempo. Por esse motivo é importante que os professores e professoras estejam atentos e atentas aos sinais que as crianças dão para que saibam lidar com possíveis mudanças de comportamentos. Essas mudanças podem indicar que a criança esteja passando por alguma conturbação, como a violência sexual. Além de alterações de comportamento, a queda no rendimento escolar de crianças que estejam no Ensino Fundamental também pode ser um indicador de que estejam sendo violentadas.

A partir de outro relato, Alvarenga e Dias reiteram a importância da observação e atenção com as crianças, especialmente com as pequenas, as bem pequenas e os bebês:

Uma menina de seis anos começou a ter “comportamentos estranhos” em sala, ficando agressiva e não permitindo ser tocada na hora do banho. Por meio de brincadeiras, conversas e da observação pela professora, descobriu-se que o meio-irmão dela “teria enfiado um bambu” em seu órgão genital (ALVARENGA; DIAS, 2016, p. 286).

Por mais difícil que seja é importante que a escola trate sobre todos os temas e assuntos e saiba abordá-los de maneira com que as crianças compreendam a importância, tirando dúvidas e conversando com as crianças, ensinando e deixando claro que algumas atitudes dos adultos não são corretas. Por esse motivo, Benedito Rodrigues dos Santos e Rita Ippolito (2011), no "Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes" apontam que se torna cada vez mais necessária a formação e especialização de professores e professoras:

Entre os desafios do enfrentamento, está a necessidade de uma formação continuada para os professores e gestores das escolas fundamental e média. Os professores precisam de um processo de capacitação continuado para elaborar projetos e ações que visem a inserção do tema no planejamento escolar, para preencher uma lacuna na formação acadêmica, pela falta de abordagem de temas

fundamentais, como a sexualidade e os direitos humanos (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 10).

De acordo com Vicente de Paula Faleiros e Eva Silveira Faleiros, no documento “Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes” (2008, p. 86), “a escola tem também a função de atendimento, ou seja, de proteger seus estudantes, crianças e adolescentes contra qualquer violação de seus direitos”. Por isso, oferecer a formação continuada docente é tão importante, pois a partir disso terão mais segurança em como trabalhar e apresentar às crianças seus direitos por meio do ECA, como lidar em situações em que as crianças estão completamente vulneráveis à violência sexual e sem amparo familiar.

Quando uma criança é violentada sexualmente, na maioria das vezes, ela não consegue relatar a violência. Por esse motivo é importante que os professores e professoras se mostrem dispostos e dispostas a escutá-las e ajudá-las, tentando assim evitar a síndrome do segredo, entre outros transtornos e traumas. A falta de atenção e de amparo às crianças que são vítimas de violência sexual é tão cruel quanto o próprio ato. Carlos José e Silva Fortes faz uma reflexão sobre essa negligência contra as crianças:

Por outro lado, negligenciar uma criança não é somente abandoná-la na rua à própria sorte (como de fato ocorre muitas vezes), mas também não é dispensar-lhe a necessária atenção, é deixar de educá-la, de ensiná-la a defender-se, é não participar ativamente de sua vida e, até mesmo, negar-lhe um bom exemplo (FORTES, 2016, p. 164).

A partir do momento que a escola oferece a formação continuada para os e as docentes, além de saberem como lidar com as situações, eles e elas terão um melhor preparo para trabalhar com materiais e ferramentas didáticas que tratam sobre esse assunto. Infelizmente existem poucos materiais pedagógicos voltados para a educação para as sexualidades e prevenção das violências sexuais. Conforme dito anteriormente esse é um tema que carrega consigo muitos preconceitos e, por esse motivo, a produção de materiais é tão escassa. A maior parte dos materiais voltados para a educação para as sexualidades são livros didáticos e mesmo assim o uso deles nas escolas é muito restrito, pois devido ao preconceito geralmente essa temática é trabalhada nas aulas de Biologia, de uma maneira bem superficial, conforme afirmam Ana Cláudia Maia et. al.:

As questões relacionadas à sexualidade têm-se mantido as margens do currículo escolar, sendo discutidas através do discurso biológico (categorização e sistematização dos órgãos genitais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência...). Esses são alguns dos discursos “permitidos” e considerados “legítimos” para serem abordados na escola. Por esse viés, a sexualidade fica restrita ao

ensino de ciências e biologia, sendo abordada em momentos estanques na escola (MAIA, et. al., 2014, p. 122).

A escola e as demais redes de proteção precisam romper paradigmas e buscar meios de incluir essa temática no dia a dia das crianças e dos/das adolescentes e não somente passar um breve conhecimento por meio do ensino das aulas de Ciências ou Biologia, que tem seu foco direcionado para a anatomia do corpo humano.

A escola é um dos principais locais de desenvolvimento das crianças. É durante toda trajetória na Educação Básica que crianças e adolescentes ampliam seus conhecimentos de mundo, trocam experiências e aprendem conteúdos que serão base para sua vida profissional e social. Na etapa da Educação Infantil é importante trabalhar os estímulos para que as crianças se desenvolvam trazendo benefícios e conhecimentos sociais e culturais para a sua trajetória.

Pensando nisso, escolhi problematizar essa temática no cotidiano da Educação Infantil para que a perspectiva de uma “educação para as sexualidades” faça parte do cotidiano das crianças desde o início da Educação Básica, para que os professores e professoras reflitam a importância de inserir intencionalmente o olhar para essa temática na primeira infância, e as crianças conheçam e aprendam sobre seu corpo, com a proteção contra violências sexuais como um dos principais objetivos.

4. EDUCAÇÃO PARA AS SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS HISTÓRIAS INFANTIS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS

Constantina Xavier Filha (2012, p. 20) afirma que “a sexualidade na infância, vista por educadoras e familiares, é um campo em que a vigilância é constante. Há uma intenção em não se incentivar a sexualidade e contê-la”. A partir disso, é importante ponderar o quanto as instituições educativas e até as próprias famílias podem as crianças quando expressam algo relacionado à sexualidade.

A sexualidade e expressões de sexualidade na infância podem ser determinadas a partir dos diversos interesses das crianças, por expressões e curiosidades em conhecer o próprio corpo, por desenhos e perguntas. Nesses casos, quando as crianças se expressam

de diferentes formas é comum os adultos não saberem como lidar com a circunstância e reprimi-las “nestas situações, adota-se uma educação de contenção, vigilância e dispersão” (XAVIER FILHA, 2012, p. 20).

Essa resistência e luta dos adultos para limitar as expressões de sexualidade das crianças podem ser grandes agravantes para o silenciamento das vítimas nos casos de violências sexuais.

A educação para as sexualidades é uma forte aliada quando tratamos do enfrentamento à violência sexual contra crianças. Ao abordar e trabalhar sob a perspectiva da educação para as sexualidades com as crianças podemos educá-las sobre cuidados com o corpo, a impor limites, sobre autoproteção e responsabilidade. É fato que essa temática carrega consigo muitos preconceitos devido à falta de informação e a dificuldade em trabalhar sobre isso com as crianças, porém, essa perspectiva pode ser inserida no dia a dia, como por exemplo, na hora do banho, de limpar a criança ou trocar de roupa.

Nesses momentos é importante que o adulto nomeie as partes do corpo, mostre que as partes íntimas não devem ser tocadas por ninguém e não ser nos momentos de higiene, é fundamental também sempre explicar e relatar o que está fazendo naquele momento como: “agora eu vou tirar sua roupinha para limpar e passar a pomada”; dessa forma, trabalhamos com as crianças a importância de elas terem consciência do que estamos fazendo.

O diálogo com tranquilidade é uma ferramenta fundamental na educação para as sexualidades, por isso é indispensável que a instituição educativa e as famílias estejam abertas e atentas para escutar as crianças, mostrando confiança e dando a devida importância para o que estão falando, para que elas se sintam livres e seguras para contar qualquer coisa. Esse acolhimento pode ser uma das etapas mais importantes para diminuir os danos de possíveis traumas.

Quando invalidamos o relato de uma criança e agimos de forma agressiva, ela se sente completamente desamparada e silencia muitos outros atos que podem ter acontecido, pois a criança que tem medo da punição omite os acontecimentos e se torna mais vulnerável à violência sexual. Conforme expõe Balbinotti (2009), dentre as atitudes mais comuns da criança violentada estão a culpa, por ter vivenciado a violência sexual, e o medo do que pode acontecer a partir da revelação aos familiares. Elas têm medo do castigo, da invalidação e da falta da proteção, preferindo assim, omitir os fatos de forma consciente. Diante disso, podemos refletir que as crianças que mais apanham

ou são ameaçadas de castigos e silenciadas por familiares são as que mais omitem a violência.

Por uma questão cultural, no Brasil, temos o costume de cumprimentar outras pessoas de forma mais calorosa, com beijos ou abraços e exigimos que as crianças façam o mesmo, muitas vezes sem vontade, sem espontaneidade. Acreditamos também que a criança que é tímida precisa “se soltar”, sendo que muitas vezes essa timidez pode ser um mecanismo de defesa e de autoproteção.

Nessa cultura, crescemos e fomos acostumadas e acostumados a invalidar o que as crianças falam, sentem e gostam, pois acreditamos que elas não possuem vontades próprias e agimos como se elas fossem marionetes dos adultos.

Respeitar se a criança não se sentir à vontade em trocar de roupa ou se limpar perto de outras pessoas, não exigir que ela tenha obediência cega pelos adultos, ensinar e conversar sobre o consentimento, não normalizar trocas de presentes por afeto e não aceitar que outras pessoas façam isso com a criança são formas de protegê-las e de ensiná-las a serem críticas e expressarem suas vontades e seus sentimentos. De acordo com Raquel Spaziani (2017):

a criança deveria ser ensinada que seu corpo lhe pertence, que o seu consentimento é fundamental para que outras pessoas a toquem, bem como que ela deve recusar abordagens coativas e inadequadas, dentro e fora do ambiente familiar. Essas informações, além de caracterizarem a autoproteção, constituem-se como um direito das crianças em serem informadas sobre questões do corpo, sexualidade e vulnerabilidade (SPAZIANI, 2017, p. 80).

Dessa forma, respeitar e não invalidar os limites, vontades e falas das crianças é um dos primeiros passos para protegê-las de possíveis tentativas de violência sexual.

Considerando que a maior parte dos casos de violência sexual contra crianças é cometida por pessoas que possuem proximidade, confiança e afeto com a criança, é importante não referir a esses violadores como “monstros”, porque eles não são, todos os violadores – na maioria, homens, conforme destacado anteriormente – são pessoas por quem as crianças possuem carinho, e eles se aproveitam desse lugar especial na vida delas para violarem seus direitos, “ao retratar o/a perpetrador/a como um “monstro”, deixa-se de lado os índices que revelam que a maior parte das violências sexuais possui como autores/as pessoas que se relacionam afetivamente com a vítima” (SPAZIANI, 2017, p. 179). Sendo assim, tratar os violadores como “monstros” é só uma forma de distanciar essa responsabilidade e de invalidar o ato e o impacto que isso tem na vida da vítima.

Apesar de ser um assunto que ainda não é tratado com clareza em muitas instituições educativas e nas famílias, existem muitas e muitos profissionais que estão lutando e tentando alcançar o máximo de pessoas possíveis para conscientizar sobre a importância da educação para as sexualidades, por meio de entrevistas, livros, redes sociais e *podcasts*.

Roseli Mendonça, autora do livro “Meu corpo, meu corpinho!”, e Leiliane Rocha, psicóloga e especialista em sexualidade, fazem trabalhos pelas suas contas do Instagram apresentando maneiras como as mães, os pais ou responsáveis pelas crianças podem trabalhar sobre a educação para as sexualidades, como evitar violências sexuais e como lidar quando as crianças começam a fazer perguntas sobre seu corpo e os corpos de outras pessoas.

Essa é uma maneira muito interessante de tratar esse tema com a rede de proteção, pois antes de trabalhar temas relativos às sexualidades com as crianças é importante que os adultos tenham conhecimento sobre o assunto para saberem como abordar de forma segura e educativa.

As crianças são seres que carregam consigo histórias, costumes, muitas vezes traumas. Por isso é importante a escuta, o reconhecimento como sujeito de direitos e opiniões e a participação da escola no seu processo de desenvolvimento. Assim, a Educação Infantil tem papel importantíssimo em seu desenvolvimento humano e social. Sonia Kramer (1999) afirma que:

Para a educação infantil desempenhar seu papel no desenvolvimento humano e social é preciso que a criança não seja vista como filhote ou semente, mas como cidadã criadora de cultura, o que tem implicações profundas para o trabalho em creches, pré-escolas e outros espaços, de caráter científico, artístico ou cultural (KRAMER, 1999, p. 2).

O principal objetivo da Educação Infantil é acolher e desenvolver as crianças a partir de práticas pedagógicas voltadas para o livre brincar, a afetividade, e o movimento. É nessa etapa que essa instituição educativa possui um papel indispensável na vida das crianças, pois ela auxilia no processo de construção intelectual e emocional, além de ser um meio socializador que auxilia as crianças a ampliarem suas relações.

De acordo com o Artigo 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), os eixos norteadores que devem compor as práticas pedagógicas da Educação Infantil são as interações e brincadeiras, tendo como principais objetivos a ampliação de experiências, desenvolver a autonomia das crianças,

estimular a exploração, questionamento e criticidade, além de trabalhar interações diversas com o meio em que vivem (BRASIL, 2009).

A interação durante o brincar é de extrema importância nessa etapa da Educação Básica, pois “ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções” (BRASIL, 2018, p. 37).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são apresentados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que garantem que as crianças da Educação Infantil aprendam e desempenhem papéis de sujeitos, vivenciando desafios e sendo estimuladas a resolver problemas para que assim construam significados sobre si, os outros e sobre o meio que as cercam. São eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se (BRASIL, 2018). No entanto, na última versão da BNCC, foi retirada qualquer menção a gênero, o que contradiz qualquer proposta pedagógica que preze pelos direitos das crianças.

Esse retrocesso da BNCC atinge diretamente a autonomia docente, pois os professores e as professoras se sentem acuados e sem respaldo para trabalharem a educação para as sexualidades. Essa é uma realidade que vai completamente contra uma educação voltada para a pluralidade e diversidade.

Pensando nas crianças pequenas da Educação Infantil e nas especificidades dessa etapa, entende-se que a educação para as sexualidades precisa ser trabalhada de uma maneira leve e que faça parte do cotidiano, de forma articulada aos direitos de aprendizagem e aos campos de experiência. Dessa forma, as histórias infantis são momentos muito ricos para inserir e iniciar o trabalho com essa temática.

Por mais que o livro seja uma ótima ferramenta para problematizar com as crianças sobre as violências sexuais, foi possível perceber que não existe uma variedade de materiais e isso é algo a ser pensado por nós, educadores e educadoras. É importante que a criança possa ter contato com diversos materiais dentro e fora da instituição educativa, por isso a produção de ferramentas variadas voltadas para essas questões se faz necessária.

Pesquisando sobre os materiais voltados para a educação para as sexualidades na Educação Infantil e na prevenção das violências sexuais, encontrei 10 livros. A busca foi feita pelo Google, a partir dos descritores: violência sexual, Educação Infantil, infância, criança, livro de história infantil.

Os livros encontrados foram:

Livro	Autoria	Ano de publicação
Pipo e Fifi	Caroline Arcari	2018
A Mão Boa e a Mão Boba	Renata Emrich	2016
Do Meu Corpo Eu Cuido E Protejo	Tina Xavier	2014
Antônio	Hugo Monteiro Ferreira	2012
Segredo Segredíssimo	Odívia Barros	2011
Não Me Toca Seu Boboca	Andrea Viviana Taubman	2017
Sem Mais Segredo: Juju Uma Menina Muito Corajosa	Raquel Baptista Spaziani, Ana Cláudia Bortolozzi Maia, Juliana Lapa Rizza e Dárcia Amaro Ávila	2015
O Segredo de Tartanina	Alessandra Rocha Santos Silva, Sheila Maria Padro Soma, Cristina Fukumori Watarai	2011
Sexualidade Papo de Criança na Escola? Sim!!!	Paula Regina Costa Ribeiro e Juliana Lapa Rizza	2013
Meu Corpo, Meu Corpinho!	Roseli Mendonça	2019

Dentre essas possibilidades pedagógicas, apresento os três livros infantis, encontrados integralmente na internet, considerando a importância da leitura e conhecimento acerca de materiais que auxiliam na luta contra as violências sexuais contra crianças: Pipo e Fifi, Sem Mais Segredo: Juju Uma Menina Muito Corajosa, e Do Meu Corpo Eu Cuido E Protejo.

Pipo e Fifi

O livro, escrito por Caroline Arcari e ilustrado por Isabela Santos, é direcionado a crianças com idade a partir de quatro anos. Ele apresenta Pipo e Fifi, monstros que vão auxiliar as crianças a conhecerem as características dos corpos femininos e masculinos, ensinar sobre toques que devem e que não devem ser aceitos, incentivar a denúncia quando se sentirem violentadas ou quando perceberem alguma atitude estranha vinda de um adulto, além de apresentar a rede de proteção e propor a interação com as crianças.

Por meio de ilustrações e de uma didática admirável o livro ensina e chama a atenção das crianças, pais, mães e responsáveis para uma realidade que, na maioria das vezes, é silenciada.

Além disso, ao final, ele apresenta um recado aos adultos legais e responsáveis sobre a importância do conhecimento acerca do assunto e de um olhar cuidadoso, a partir de dados e orientações.



Sem Mais Segredo: Juju Uma Menina Muito Corajosa

O livro com autoria de Raquel Baptista Spaziani, Ana Cláudia Bortolozzi Maia, Juliana Lapa Rizza e Dárcia Amaro Ávila conta a história de Júlia, uma menina de seis anos que é vítima de violência sexual pelo seu tio.

A história conta que a criança faz parte de uma família unida e acolhedora, porém, seu tio mais velho abusava de sua “autoridade” para violenta-la, além de pedir que a criança guardasse segredo e ameaçar machucar seus pais, caso contasse para alguém, o que a deixava cada vez mais angustiada e coagida.

Além da problemática apresentada no livro, é apresentada a atuação da escola como rede de proteção e apoio, no momento em que a professora de Juju aborda com a turma sobre os segredos bons e ruins, orientando as crianças a sempre procurarem um adulto de confiança para contar caso alguém esteja pedindo para guardar segredos que as machucam.

Por fim, o livro relata sobre o devido suporte e acolhimento que deve ser dado a uma criança vítima de violência sexual, no momento em Juju decide contar para seus pais o que estava sofrendo. Além disso, ele orienta a todas as crianças sobre a importância de se proteger, de cuidar do seu corpo e de contar para algum adulto de confiança mesmo que o violentador tenha pedido segredo, mostrando também as redes de proteção nas quais elas podem sempre confiar.

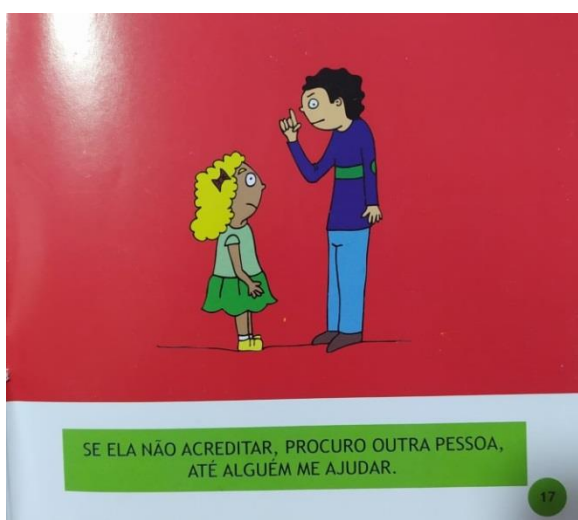
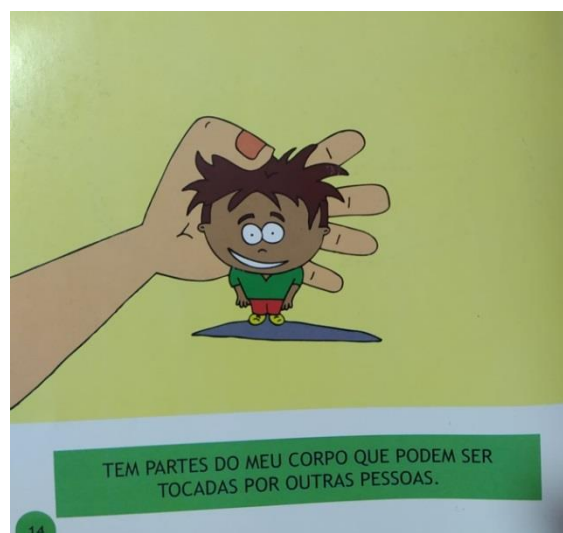


Do Meu Corpo Eu Cuido E Protejo

Escrito por Tina Xavier, o livro “Do meu corpo eu cuido e protejo” também aborda sobre a educação para as sexualidades trabalhando no enfrentamento às violências sexuais contra crianças.

Ele ensina às crianças sobre o corpo, nomeando as partes íntimas de forma lúdica e clara, e sobre a importância de procurar ajuda quando alguém tocar ou fizer algo que elas não gostem e não permitiram.

O livro ilustrado por Lorena Martins apresenta imagens didáticas, que chamam a atenção das crianças e faz com que se identifiquem com o que está sendo apresentado, criando uma conexão com elas e buscando a conscientização sobre essa triste realidade que precisa ser enfrentada.



Pensando nas especificidades da educação infantil, é possível perceber a importância da inserção desses materiais no dia a dia das crianças, respeitando suas particularidades para não tratar o tema de forma muito elaborada e rígida. Além disso, é importante também inserir intencionalmente as questões de gênero e sexualidade no cotidiano por meio de brinquedos, livros de histórias, dentre outras abordagens.

O tema deve aparecer tanto de forma intencional, durante uma história ou mesmo dentro de algum projeto de trabalho, quanto nos momentos em que a professora ou professor percebe nas conversas e atitudes das crianças possíveis sinais de violência sexual, ou estereótipos que reforcem preconceitos e desigualdades de gênero e, ainda indícios de que as crianças estão reproduzindo aquilo que ouvem dos adultos, nesses casos é de extrema importância que a professora ou professor faça a mediação e problematize essas questões, auxiliando na compreensão das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, é possível observar que a violência sexual contra crianças está enraizada desde as antigas civilizações, nas quais as crianças não tinham seus direitos cumpridos e defendidos, eram sexualizadas, vítimas de violência sexual intrafamiliar e submetidas a situações completamente traumáticas.

Na sociedade atual, apesar de toda evolução e de tantas lutas, a realidade não é muito diferente, pois ainda ocorrem inúmeros casos de violências sexuais. Infelizmente essa ainda é uma realidade principalmente devido aos tabus impostos pela sociedade que enxerga a sexualidade na infância como algo erotizado.

Pensando nisso, o que se pretendeu com este trabalho foi mostrar a importância da rede de proteção, em especial das instituições de Educação Infantil, no enfrentamento das violências sexuais contra crianças. A partir da perspectiva da educação para as sexualidades, fiz o levantamento e apresentação de livros infantis como possibilidades metodológicas no cotidiano das creches e pré-escolas.

As crianças são seres que possuem vontades próprias, expressões, curiosidades e dúvidas em relação aos seus corpos e ao meio em que vivem, por isso é de extrema importância que os adultos estejam preparados para tratar sobre esses assuntos com clareza, leveza e naturalidade, para que assim, elas se sintam acolhidas para falar e

sinalizar sobre qualquer coisa. Quando a criança não se sente acolhida, prefere silenciar se tornando muito mais vulnerável às violências sexuais.

Com base nisso, percebe-se a importância de um olhar atento, da busca pelo conhecimento acerca do tema, da inserção da família na luta e prevenção dessas violências e de possibilidades de formação e especialização de profissionais que atuam com as crianças, principalmente dentro das instituições educativas.

O enfrentamento perpassa pelo vínculo das redes de proteção, de sistemas que defendem e garantem os direitos das crianças, pela elaboração de materiais para suporte pedagógico, por pesquisas e projetos que proporcionem à comunidade o conhecimento necessário para abordar sobre uma educação para as sexualidades, além da conscientização que essa temática não é algo tão simples, pois além de envolver violências e traumas, também está associada às desigualdades de gênero, um dos grandes causadores de preconceito e segregação na sociedade.

Desse modo, é necessário que a concepção de infância seja repensada e que as instituições educativas, juntamente com as redes de proteção e familiares se unam para essa causa que é tão importante e que gera tanto impacto na sociedade e na vida de milhares de crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Carolina.; DIAS, Jaciluz. Um olhar sobre olhares: violências sexuais que borbulham no cotidiano. In: RIBEIRO, Cláudia Maria; ALVARENGA, Carolina Faria (orgs). **Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais no sul de Minas Gerais**. Lavras: F&F, 2016.

BALBINOTTI, Cláudia. A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 5-21, jan./jun. 2009.

Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. Extra Classe, 2020. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/brasil-teve-17-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2019/>>. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#art2>. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Família. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **FAMÍLIA PROTETORA**: Um guia para pais e responsáveis sobre como identificar riscos de abuso sexual, exploração infantil e pedofilia nas famílias. Brasília: MMFDH, 2020.

Crianças e adolescentes são vítimas em mais de 76 mil denúncias recebidas pelo Disque 100. 14, mai. 2019. Governo Federal, Disponível em:< <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/maio/criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-em-mais-de-76-mil-denuncias-recebidas-pelo-disque-100>> Acesso em 3, set. 2020

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **ESCOLA QUE PROTEGE**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FARIA, Livia. Nuvens escuras que costumam encobrir o sol ou a lua: concepções de violências sexuais contra crianças. In: RIBEIRO, Cláudia Maria; ALVARENGA, Carolina Faria (orgs). **Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais no sul de Minas Gerais**. Lavras: F&F, 2016.

FILHA, Constantina Xavier. Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1569-1583, dez., 2015.

FILHA, Constantina Xavier. **Sexualidades, gênero e diferença na educação das infâncias**. Ed. UFMS, Campo Grande, MS, 2012.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da [et.al.]. **Reincidência da violência contra crianças no Município de Curitiba**: um olhar de gênero. São Paulo: Acta, 2012.

FORTES, Carlos José e Silva. A importância do professor na prevenção e no enfrentamento dos crimes ligados à pedofilia (abuso e exploração sexual). In: RIBEIRO, Cláudia Maria; ALVARENGA, Carolina Faria (orgs). **Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais no sul de Minas Gerais**. Lavras: F&F, 2016.

INOUE, Silvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**. Campinas, vol.25, no.1, Mar. 2008 Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Ryhzvvgk9jn3VK9brXPZLDDp/?lang=pt&format=pdf>>
> Data de acesso: 16/02/2021.

KRAMER, Sonia. **O papel social da educação infantil**. Brasília, DF, 1999. Disponível em:
<https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/periodicos/p53_O_papel_social_da_Educacao_Infantil.pdf> Acesso em Junho de 2021

LABADESSA, Vanessa Milani; ONOFRE, Maria Angela. **Abuso Sexual Infantil**: Breve Histórico e Perspectivas na Defesa dos Direitos Humanos. 2010. Disponível em:
< http://www.chamaeleon.org.br/arquivos/abuso_sexual_infantil.pdf> Data de Acesso: 10/02/2021

LEMOS, Amanda dos Santos [et al.]. **COMO A MULHER NEGRA É VISTA NA CULTURA BRASILEIRA?**. Rio de Janeiro: Editora Realize, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi [et al.]. Educação para a sexualidade. **Coleção Cadernos Pedagógicos da EaD**. Ed. da FURG, Rio Grande, v 23, 2014. p. 285.

MAIA, Ana Paula et.al.. **A escola na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes**: guia de referência. São Paulo: Ação Educativa, 2018.

Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>. Acesso em Setembro de 2021

MEYER, Caroline Arcari. **LIVRO “O QUE É PRIVACIDADE?”: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças**. 2017. Tese (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 15, maio de 2021

MIORANZA, Andressa; ROCHA, Renata; BOLSON, Saionara Branco. **Abuso sexual infantil-juvenil: interfaces com a saúde**. Natal- RN: Revista Humano Ser - UNIFACEX, v.3, n.1, p. 47-65, 2019.

MORESCHI, Marcia Teresinha. **Violência contra Crianças e Adolescentes**: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p.

O que é violência sexual?. APAV. Disponível em: <<https://apav.pt/care/index.php/violencia-sexual-contras-criancas-e-jovens/o-que-e-violencia-sexual>>. Acesso em: 3, jan. de 2021

OLIVEIRA, Ione Sampaio de. **Trajatória histórica do abuso sexual contra criança e adolescente**. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2879/2/20161641.pdf>> Data de Acesso: 16/02/2021.

_____.**Resolução CNE/CEB nº05, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009c.

RIBEIRO, Bruna. 18 de maio: crianças negras são as principais vítimas de violência sexual no Brasil. **CEERT- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades**, 2021. Disponível em <<https://ceert.org.br/noticias/crianca-adolescente/44059/18-de-maio-criancas-negras-sao-as-principais-vitimas-de-violencia-sexual-no-brasil>> Acesso em: 22 de Novembro de 2021.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 284 p.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes/Ippolito, Rita – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.**

SERAFIM, Antônio de Pádua et al.. **Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças**. Revista de Psiquiatria Clínica. 2009, 36(3), 105-111.

SILVA, Luciene Aparecida; RIBEIRO, Maria de Fátima. Tecendo redes de proteção, saberes e poderes para o enfrentamento às violências sexuais. In: RIBEIRO, Cláudia Maria; ALVARENGA, Carolina Faria (orgs). **Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais no sul de Minas Gerais**. Lavras: F&F, 2016.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação (1987-2015)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.